

Linha do Tempo

Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

1909

O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto Nº 7.566/1909, criando inicialmente 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

1927

O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidélis Reis, que prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.

1930

É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, através da Inspeção do Ensino Profissional Técnico.

1937

Promulgada a nova Constituição Brasileira que trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial. É assinada a Lei Nº 378/1937, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

1941

Vigora uma série de leis, conhecidas como a “Reforma Capanema”, que remodelam todo o ensino no país. Os principais pontos:

- o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio;
 - o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão;
 - os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.
-

1942

O Decreto Nº 4.127/1942, transforma os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

1944

A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e o conseqüente empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil no Governo Getúlio Vargas impulsionam a industrialização brasileira.

1956 – 1961

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) marca o aprofundamento da relação entre Estado e economia. O objetivo é formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.

1959

As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão.

1961

O ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei Nº 4.024/1961 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.

1967

Decreto Nº 60.731/1967 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como Escolas Agrícolas.

1971

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna técnico-profissional todo currículo do segundo grau compulsoriamente. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência.

1978

A Lei Nº 6.545/1978 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica.

1980 – 1990

A globalização, nova configuração da economia mundial, também atinge o Brasil. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.

1994

A Lei Nº 8.948/1994:

- Institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs;
 - A expansão da oferta da educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.
-

1996

Lei Nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB) dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.

1997

O Decreto Nº 2.208/1997 regulamenta a Educação Profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

1999

Retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

2004

O Decreto Nº 5.154/2004 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.

2005

Institui-se, pela Lei Nº 11.195/2005, que a expansão da oferta da educação profissional preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais;

Lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal.

O Cefet Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

2006

O Decreto Nº 5.773/2006 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos.

É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

2007

Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal.

Até 2010 serão 354 unidades.

O Decreto Nº 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado.

É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

2008

Articulação para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

2009

Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
